

Repensando a violência: a construção de um novo olhar

Patrícia Portela*
Ruy Pavan**

Distante da violência banalizada pelas antenas de TV e páginas de jornal, que acabam transformando o nosso dia-a-dia em cenas de um filme de guerra, terror e medo, entre assaltos, homicídios e latrocínios contra homens, mulheres e crianças, há uma violência tão daninha quanto essa ou talvez ainda mais perversa, que aos poucos vai minando, agredindo e insultando a pessoa, ao negar sua condição básica: a de ser humano sujeito de direitos.

Estamos falando da violência à cidadania, da falta de profissionais nas unidades de saúde na hora em que a mulher vai parir o seu filho, ou da criança que não consegue alcançar sequer o primeiro ano de vida; da escola que não acolhe o aluno e do professor que não está na sala de aula enquanto a criança o espera na esperança de construir uma vida um pouco melhor do que aquela que lhes foi legada por seus pais; da violência que é o pai de família desempregado porque não há mais espaço no mercado de trabalho, enfim, das violências cotidianas que atingem milhões de brasileiros e brasileiras de norte a sul do País.

Violência também é aquela praticada por homens públicos quando optam por investir o dinheiro, recolhido com os impostos pagos pela população, no pagamento de dívidas bancárias internacionais quase imensuráveis, ao invés de aplicar mais recursos para suprir as necessidades básicas das pessoas, ampliando e qualificando os serviços de saúde, educação e bem-estar social. A violência nesse sentido ocorre desde o momento em que são planejados os gastos dos recursos até a exe-

cução das políticas e programas públicos, quando, muitas vezes, percebermos que milhões de reais são desviados do seu caminho para engordar os cofres de pessoas e empresas participantes de uma pequena elite nacional.

Se focarmos a nossa análise nas crianças e adolescentes, perceberemos que essas violências são ainda mais gritantes, pois diferente dos adultos, meninos e meninas ainda não dispõem de instrumentos e maturidade suficientes para exigir seus próprios direitos previstos na Constituição Federal e reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao debruçarmos nossa análise sobre a Bahia, notamos que algumas violências nessa área estão impedindo que leis saiam do papel e se torne realidade para 5,3 milhões de crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, residentes no Estado. Considerando que 52,3% das crianças baianas de 0 a 14 anos se encontram nas famílias que têm renda familiar per capita de até meio salário mínimo (IBGE, 2000), podemos ter uma idéia da realidade socioeconômica que eles estão inseridos. São crianças e jovens vivendo um "mal-estar" social constante, muito ainda nem conseguiram ingressar na escola e outros tantos carregam em seus ombros a dura tarefa de complementar a parca renda familiar no final do mês, sofrendo as mais variadas formas de exploração. Do trabalho infantil ao abuso sexual.

"Faço ousadia com adulto por 50 centavos", declarou calmamente uma menina de 9 anos de idade, moradora da periferia de uma cidade da região

do Baixo Sul da Bahia, ao repórter que a entrevistava para um programa da TV Cultura de São Paulo. A ousadia que ela se referia era o sexo oral praticado com pessoas adultas para levar uns trocados para casa. Cenas semelhantes podem ser vistas em vários pontos do Estado, tanto na capital como no interior. É essa violência brutal e vergonhosa que precisamos enfrentar para acabá-la de uma vez e não escondê-la debaixo do tapete de uma sociedade envergonhada.

Somente no ano de 1999, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan acolheu 57 vítimas de abuso e exploração sexual em Salvador. No ano 2000, foram acolhidas 48 vítimas. Se acrescentarmos a esses dados outras 70 crianças vítimas de maus tratos, 84 de espancamento, 15 de lesões corporais e mais 44 vítimas de negligências (CEDECA, 1999/2000) têm um triste retrato da infância soteropolitana nos dias atuais. Somam-se a esses dados, as dificuldades de denunciar esses crimes e punir os agressores. "Sempre tive medo de contar pra minha mãe porque sabia que ela não iria acreditar em mim", conta uma jovem de 18 anos, violentada sexualmente pelo vizinho dos 5 aos 11 anos de idade. São depoimentos, dados e informações que precisam se transformar em políticas públicas voltadas para a erradicação e a prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescente, para que suas vidas não se transformem em um grande pesadelo.

Se partirmos para a área de educação, apesar dos avanços registrados nos últimos anos, principalmente em relação ao ensino fundamental, ainda constataremos que muitas violências são cometidas. Enquanto o mundo todo fala da necessidade da educação infantil (0 a 6 anos) para que a criança tenha desenvolvimento motor, psíquico e social adequados, infelizmente, registramos na Bahia uma taxa de escolarização de crianças de 0 a 6 anos de idade de apenas 6,7% (IBGE, 2000). Ou seja, 93,3% das crianças só terão o primeiro contato com a escola a partir dos 7 anos de idade. A negação do direito à educação é também uma forma de violência. Assim como os outros indicadores sociais, quanto melhor a escolaridade e a renda dos pais, mais cedo eles vão garantir direitos a seus filhos.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI/2000) do Unicef, que considera indicadores de educação e saúde da criança e de seus pais, o Estado da Bahia ocupa a 25ª posição do País, com um IDI de 0,451, enquanto a média nacional é de 0,539. Quanto mais se aproximar do número 1, melhores serão os indicadores de qualidade de vida da criança.

No setor saúde, para cada grupo de 1000 crianças que nascem vivas, 49 morre na Bahia antes de

A negação do direito à educação é também uma forma de violência.

completar um ano de idade, realidade essa que se contrapõe com a taxa de mortalidade infantil do Brasil que é de 36 mortes por mil nascidos vivos. Entretanto, a violência começa antes mesmo do nascimento da criança, quando é negado à mãe o direito a uma gestação saudável, com um mínimo de 6 consultas de pré-natal. Cerca de 50% das gestantes baianas não fazem as seis consultas mínimas previstas pela Organização Mundial de Saúde e para a outra metade que tem acesso a esse tipo de serviço, a qualidade das consultas nem sempre atende aos requisitos básicos. De acordo com pesquisa realizada pelo Unicef em parceria com o Comitê Municipal de Mortalidade Materna e o Instituto de Saúde Coletiva, as complicações da gravidez e do aborto são as principais causas de óbitos maternos em Salvador. Os maiores coeficientes de mortalidade materna, superiores a 200 óbitos por 100.000 nascidos vivos, foram registrados nos Distritos Sanitários de Pau da Lima, Subúrbio Ferroviário e São Caetano/Valéria. A assistência ao parto também é precária, provocando mortes de mães e filhos que poderiam ser evitadas.

Outra violência que começa a ficar no centro das atenções da cooperação do Unicef com o Brasil, é a violência racial. A discriminação à qual negros e mestiços são submetidos diariamente em suas comunidades, locais de trabalho e nas políticas governamentais. Novamente a Bahia se destaca nesse cenário, com um grande contingente da população de afro-descendentes. Segundo dados do IBGE, em 1999, um terço da população brasileira se encontrava abaixo da linha de pobreza. Destes brasileiros, dois terços são pardos e negros. A escolaridade média da população adulta de brancos é de 6,6 anos, enquanto a dos negros é de 4,2

anos. Não é à toa que as possibilidades de um afro-descendente tornar-se juiz, médico, engenheiro ou acadêmico são muito mais remotas, com raras exceções que confirmam as regras. No Parlamento nacional, dos 513 deputados federais, apenas 25 são negros.

Enfrentando os desafios

Para enfrentar essas diversas formas de violência, algumas delas, invisíveis, podemos apontar alguns caminhos e saídas que organismos governamentais e não-governamentais têm percorrido na busca de soluções tanto na Bahia como no Brasil. Citamos, por exemplo, o esforço dos governos federal e estadual e da sociedade civil no sentido de erradicar o trabalho infantil nas zonas rural e urbana. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da Bahia já atende a 75 mil crianças de 7 a 14 anos, que antes eram exploradas na lavoura do sisal, nas pedreiras, olarias e na catação de lixo de 48 municípios baianos, oferecendo bolsa-escola e educação complementar. Trata-se de uma política compensatória para corrigir a violência que é roubar a infância de uma criança.

Em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, o Unicef, através do seu escritório de Salvador, iniciou em 1999 um projeto que visava tratar três temas que consideramos cruciais: o fim do trabalho infantil doméstico; a proteção do trabalho das adolescentes trabalhadoras domésticas e o enfrentamento da discriminação racial. Enfocando essas três vertentes, entendemos que estamos contribuindo com a redução dessas formas de violência.

Programas governamentais como o Agente Jovem (ensaio de programa de extensão da bolsa-escola para as pessoas acima de 15 anos, estimulando o trabalho comunitário); o Projeto Sentinela (combate à exploração sexual) e a bolsa-escola são também formas de enfrentamento da violência, procurando atuar nas causas do problema que são as desigualdades sociais, a pobreza e a necessida-

de de se obter uma renda mínima para a inclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias, resgatando a dignidade humana dessas pessoas. Destacamos também o trabalho que tem sido desenvolvido pela sociedade civil junto aos jovens, procurando buscar alternativas viáveis para o desenvolvimento saudável desse segmento populacional, longe da violência, dos conflitos familiares, das drogas, da gravidez indesejada e da falta de oportunidades no campo da educação profissional e do mercado de trabalho.

Na Bahia, grupos de profissionais de diversas entidades têm discutido junto com os jovens questões que lhes dizem respeito diretamente, traçando caminhos possíveis e tentando impactar as políticas públicas desenhadas para crianças e adolescentes.

Na Bahia, grupos de profissionais de diversas entidades têm discutido junto com os jovens questões que lhes dizem respeito diretamente, traçando caminhos possíveis e tentando impactar as políticas públicas desenhadas para crianças e adolescentes. Somente nos últimos anos, uma série de encontros e seminários têm aberto espaços para os adolescentes, educadores e profissionais especializados discutirem questões da juventude,

procurando desenhar projetos de vida individuais e coletivos. As respostas têm sido muito boas, com a criação de grupos e articulações de jovens entre si que se organizam em torno da melhoria da sua qualidade de vida e da sua comunidade. Esses garotos são fortes aliados para a construção de medidas e ações de combate à violência, devendo ser devidamente reconhecidos pelas políticas públicas. Ao contrário do que diz o senso comum, os jovens são muito mais vítimas do que protagonistas dos atos violentos registrados no País. A diferença é que quando ele é vítima, o fato passa despercebido, mas quando é protagonista, ocupa as manchetes dos jornais. E ainda há quem discuta o rebaixamento da idade penal como mecanismo para a redução da violência...

Duas outras instâncias têm trabalhado pela redução dos índices de violência em Salvador: o Fórum Comunitário da Combate à Violência e o Movimento Estado de Paz – Uma Ação pela Vida, conduzido por jornalistas e formadores de opinião. O primeiro engloba 130 instituições governamentais e não-governamentais - incluindo a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, Polícia

Militar, Associações de Moradores, Universidade e outras –, e lida com a violência como um problema de saúde pública que precisa ser encarado pela sociedade e políticas públicas como tal. Já o Estado de Paz visa a mobilização da sociedade através da mídia, buscando alternativas para o enfrentamento da violência. Ambos trabalham de forma articulada e são agentes promotores de importantes debates e discussões em relação ao tema, abrindo o diálogo entre organizações sociais e poderes públicos. A idéia para o ano de 2001 é criar uma espécie de “observatório da violência” para medir os índices de atos violentos da cidade de Salvador. Os conselhos e comitês públicos também são espaços privilegiados para o debate e a busca de soluções, que precisam ser ocupados pelas pessoas e suas respectivas entidades. Acreditamos nessa fórmula simples, democrática e eficaz para definirmos metas e estratégias que podem minimizar as seqüelas da má distribuição de renda, da corrupção, desigualdade social e violência têm deixado no País.

Entendemos que é urgente buscar formas para reduzir as brutais desigualdades brasileiras, procurando alternativas possíveis para se alcançar um patamar mínimo de bem-estar social. Um dos caminhos seria, por exemplo, a discussão do imposto de renda negativo, ou seja, a concessão de uma renda mínima familiar para a maioria excluída da população brasileira. A parceria entre sociedade civil e governo é também uma estratégia fundamental para o enfrentamento da violência; entretanto, se faz necessário definir papéis para não dispersar as responsabilidades ou confundir a opinião pública. A população precisa saber onde e como recorrer para a efetivação de seus direitos fundamentais. Assim, estaremos consolidando uma democracia verdadeira no Brasil, baseada no Estado de Direitos. Como já disse o artista e mobilizador social Carlinhos Brown, “a paz começa com três refeições por dia”.

*Patrícia Portela é Oficial do Comunicação do Unicef.

**Ruy Pavan é coordenador do Unicef para os Estados da Bahia e Sergipe.